

RAÍZES DA LUTA DE CLASSES E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: RELAÇÕES SOCIAIS DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA/ETNIA EM DEBATE

Bruna Cristina Faustino de Souza¹

Resumo: O surgimento e a agudização da questão social reivindicam o advento do Serviço Social. Este momento histórico, contudo, não nasce de forma apartada, sendo o passado brasileiro condição fundante para a sua compreensão. Através do materialismo histórico-dialético e de autoras contemporâneas do Serviço Social, este artigo objetiva discutir a construção da classe trabalhadora e a gênese do Serviço Social no Brasil, sob a perspectiva da unidade dialética entre as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia. Os resultados apresentam que as relações sociais de gênero e de raça/etnia forjam a constituição da classe trabalhadora no Brasil, caracterizando-se como elementos fundantes e não apenas apêndices da dominação de classe, assim como determinam a gênese e o desenvolvimento da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Gênero; Raça/Etnia;

Resumen: El surgimiento y agravamiento de la problemática social requiere la llegada del Servicio Social. Este tiempo, sin embargo, no surge por separado, siendo el pasado brasileño una condición fundamental para su comprensión. Al lado del materialismo histórico-dialéctico y de autores contemporáneos del Servicio Social, este artículo tiene como objetivo discutir la construcción de la clase trabajadora y la génesis del Servicio Social en Brasil, desde la perspectiva de la unidad dialéctica entre las relaciones sociales de clase, género y raza/etnia. Los resultados muestran que las relaciones sociales de género y raza/etnia forjan la constitución de la clase trabajadora en Brasil, caracterizando elementos fundacionales y no sólo apêndices de la dominación de clase, además de determinar la génesis y el desarrollo de la profesión.

Palabras clave: Trabajo Social; Género; Raza/Etnia;

INTRODUÇÃO

O surgimento do Serviço Social vincula-se com a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista que, em seu processo de expansão, passa a exigir profissionais capacitados na articulação de consensos diante do antagonismo de classes,

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Urgência e Emergência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamentos Marxistas da PUC-SP. ORCID: 0000-0001-6785-368X. E-mail: brunafaus@gmail.com.

no sentido de atenuar os conflitos sociais e promover o pleno desenvolvimento capitalista. Neste sentido, a profissão é chamada a intervir no seio da contradição entre os que demandam seus serviços – capital e Estado – e aqueles que o recebem – trabalhadoras e trabalhadores.

Assim caracterizado, o Serviço Social, e tantas outras profissões, nascem em conjunturas históricas, políticas e sociais que demandam novas respostas frente às requisições emergentes. Para esta profissão, o surgimento e a agudização da questão social são os elementos disparadores que reivindicam o seu advento. Precisamos reiterar, contudo, que sob o crivo da categoria de totalidade, este momento histórico não nasce de forma apartada, sendo o passado deste país condição fundante para a sua compreensão efetiva, afinal o surgimento da questão social está diretamente relacionado à “generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 125).

Assim, compreendemos que “que a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). Do mesmo modo, não podemos deixar de ressaltar os impactos decorrentes do controle e da exploração de corpos e saberes de mulheres, especialmente no âmbito do trabalho de reprodução social, que é base constitutiva para o desenvolvimento das sociedades capitalistas, forjando a mais importante mercadoria desse sistema: *a força de trabalho*.

Ao observarmos as expressões da chamada questão social em nosso país, desde sua gênese até os dias atuais, é evidente que as relações sociais de raça/etnia e de gênero conformam este processo. Assim, portanto, a população negra, feminina e LGBTQIAP+, ao longo da história, experienciou desigualmente as manifestações da questão social, assim como vivenciou diferenciados acessos – ou falta de acessos – a bens e serviços, como saúde, trabalho protegido, moradia, assistência social, entre outros.

Neste contexto, a partir do materialismo histórico-dialético e da contribuição de autoras contemporâneas do Serviço Social (Ferreira, 2010; Souza, 2020; Eurico, 2018; 2022; Almeida, 2014; Almeida, 2015; Passos, 2020; Rocha, 2009; Gonçalves, 2018), este artigo tem

como objetivo discutir a construção da classe trabalhadora e a gênese do Serviço Social no Brasil, sob a perspectiva da unidade dialética estabelecida entre as relações sociais de classe, gênero e raça/etnia.

DESENVOLVIMENTO

Compreender as raízes das desigualdades sociais e da construção da classe trabalhadora no Brasil nos exige, necessariamente, uma análise sobre o processo de colonização, que tem início nas Américas a partir do século XVI. Como nos aponta Assis (2022, p. 33): “Dizer que o Brasil foi colonizado parece repetir algo de conhecimento de todos que já se sentaram, mesmo que não por muitos anos, nos bancos escolares”. Todavia evidenciar o processo de invasão, saqueamento, genocídio e, especialmente, as decorrências deste no que concerne a colonialidade do ser, do saber e do poder² nas Américas, se apresenta como algo urgente e muitas vezes, não usual no campo da produção do conhecimento.

As raízes de construção do Brasil, após a usurpação Europeia³, foram amplamente marcadas pelo contexto de colonialismo, em um elo de enorme violência, com destaque para as relações sociais de raça/etnia. Quijano (2005) evidencia que a constituição da América Latina, e conseqüentemente do nosso país, estabeleceu um novo padrão de poder

² Quijano (2005, p. 120) inaugura a concepção de que a colonialidade do ser, do saber e do poder determinou a geografia social do capitalismo, constituindo a Europa e o europeu como elementos centrais na dominação capitalista.

³ Não podemos deixar de demarcar que a história do Brasil não tem início após o processo de colonização, sendo o passado dos povos indígenas/originários que habitavam este território, extremamente relevante e importante neste contexto. Por vezes, há um apagamento do desenvolvimento indígena em terras Brasileiras no período pré-colonial, com sua cosmologia, domínio da produção agrícola, manejos de utilização da água e dos demais recursos, bem como da sua cultura, religiosidade e vivência em comunidade. Criou-se um imaginário de que esta população era ingênua, sem racionalidade, bem como que ela assistiu passivamente o processo de invasão e saqueamento colonial, o que se caracteriza como uma verdadeira falácia. Como pontua Cruz (2017, p. 145): “a historiografia colonialista e eurocêntrica silenciou e marginalizou estes povos da história do Brasil, colocando-os como vítimas e fazendo com que eles desaparecessem da história ou fossem lembrados apenas como algo do passado. Entretanto, isto é uma questão de olhar, pois eles sempre tiveram presentes na nossa história não só como vítimas, mas também como sujeitos que sempre teceram estratégias de resistências e lutas em todos os momentos históricos, sobretudo, para garantir os seus territórios e os seus costumes e tradições, em confronto com os projetos colonial, imperial e republicano”.

mundial, fundamentado em dois eixos, sendo eles a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial.

A expansão do domínio do tráfico comercial, a extração de metais preciosos e a formação de um mercado regional crescentemente integrado e monetarizado na América, engendrados pelos grupos dominantes colonizadores, forjou a Europa como a sede central de controle do mercado mundial. Este controle, por sua vez, foi instituído sob o lastro do roubo e do extermínio dos povos originários e escravizados.

Desse modo, as nações latino-americanas materializaram-se como produto da expansão da civilização ocidental, tendo no estabelecimento de padrões de dominação externa uma marca de sua história. É fundamental destacar que a invasão e dominação Europeia não se apropriou, apenas das riquezas materiais, mas, igualmente, apagou, soterrou e deturpou a memória e estórias dos povos originários e dos africanos escravizados.

É fundamental ressaltar que a configuração que o capitalismo assumiu em todo globo, portanto, forja-se com relevos significativos em função da colonialidade, sob a marca da expropriação violenta de meios de vida, corpos e saberes da população negra e de mulheres (Ferreira; Fagundes, 2021). A análise da “assim chamada acumulação primitiva” nos oferta algumas pistas importantes no que concerne tal debate.

Em níveis determinados de análise, compreendemos que a assim chamada acumulação primitiva no Brasil tratou-se de um amplo processo histórico de expropriação violenta de meios de vida, corpos e saberes que subsidiou a conformação do estado moderno (Ferreira; Fagundes, 2021). Tem destaque neste processo, a forma pela qual a terra e o trabalho foram convertidos em mercadorias e subsumidos ao capital, sob o lastro da expropriação e dominação colonialista, pelo controle exercido sobre as mulheres e seus corpos e por uma configuração de Estado que responde estritamente aos interesses do capital:

Neste processo, tendo a violência estatal e privada como parteira da história, o colonialismo configurou a escravidão como pedestal para a extração de

sobretabalho e compressão dos salários (especialmente na passagem da manufatura à empresa fabril), no âmbito do mercado, e a expulsão das mulheres de sua posição de poder e controle sobre a reprodução social (processo que foi denominado de caça às bruxas) serviu de alicerce para a expropriação estrutural e sistemática do trabalho reprodutivo doméstico como parte constitutiva e negativamente determinada do valor da força de trabalho. Todo esse processo constituiu também um tipo específico de Estado conformado às necessidades do capital. Assim, residem na acumulação primitiva os próprios cimentos da tendência histórica da acumulação capitalista e do Estado nacional (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 65-66).

No que concerne a expropriação de corpos e saberes de mulheres, é muito importante evidenciar que este processo compõe uma das fundantes marcas da acumulação primitiva. Ao pensarmos em um modo de produção que requisita como recurso elementar a força de trabalho constante e excedente, objetivando a compressão de salários, o controle da vida reprodutiva assume centralidade importante:

No processo de afirmação de um modo de produção que demanda força de trabalho de forma constante e excedentária como recurso fundamental de compressão dos salários para abaixo do valor, controlar a vida reprodutiva não pode ser considerado assunto de segunda ordem. Daí as proibições às práticas sociais de controle de natalidade, a estigmatização das relações não heteronormativas e a desvalorização da prática de relações sexuais na chamada terceira idade. Da mesma forma, essa expropriação nos auxilia a compreender as raízes da *housewifization*, processo por meio do qual a divisão do trabalho converteu mulheres em donas de casa, sobre quem recaí com sobras o peso do trabalho doméstico e de cuidados, fundamentais para a reprodução da sociedade capitalista (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 67).

O controle da vida reprodutiva e dos corpos de mulheres negras e indígenas, igualmente, foi objeto de preocupação durante todo o período colonial, sob a ótica do melhor “custo-benefício” na utilização deste “recurso”:

As mulheres escravizadas podiam ser privadas da maternidade para que se mantivessem produtivas durante todo o ano, sem interrupções. Ou, alternativamente, podiam ser estimuladas a procriar como forma de reposição natural de braços para o trabalho (Mies, 2014). A prática do estupro foi parte das estratégias de controle das mulheres escravizadas, negras ou das diferentes etnias originárias (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 67-68).

Como demarca Passos (2020), o sequestro de crianças de mulheres negras, os estupros, a prostituição, a reprodução involuntária para a manutenção da força de trabalho

escravizada e a maternagem imposta (criação de crianças brancas) marcam a composição da formação social e do modo de produção capitalista no Brasil, impactando as relações sociais neste país, imprimindo um rastro, que nos acomete até os dias atuais.

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como sub-humanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. Quer isto dizer que os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie no quadro da família organizada. Daí que a proporção da mulher para o homem estava perto de uma para cinco, e as relativamente poucas mulheres que existiam estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estável estrutura familiar. A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este de fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além delicenciosos, alguns se tornavam também proxenetas. O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço da herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 2016, p. 73-74 apud Passos, 2020, p. 119-120).

Entendemos, deste modo, que a assim chamada acumulação primitiva se caracteriza como um processo mais amplo do que “a separação violenta dos produtores diretos de seus meios de vida”. Este processo, igualmente, ensejou em expropriações de corpos e saberes de mulheres e em processos sistemáticos de desumanização pela extração de trabalho compulsório ou escravo, configurando a forma política do Estado nacional como uma instituição classista, racista e sexista (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 68).

Com o avanço da sociedade burguesa nos países de capitalismo central, o contexto de escravidão no Brasil foi convidado a se transformar, no sentido da alteração das suas bases de exploração, que definitivamente não se findam. A derrocada deste modo de produção se dá em um contexto de mudanças políticas, econômicas e, especialmente, de lutas e resistências da população negra, que estabelece condições para tal superação através das insurgências populares organizadas⁴. O cenário pós-abolição, todavia, lança a

⁴ Para mais elementos deste processo, ver Moura (2014).

população negra ao mundo livre sem quaisquer subsídios para tanto e constrói, igualmente, novas formas de perpetuar sua exploração e dominação.

O Serviço Social brasileiro emerge na década de 1930 e se consolida nessa sociedade, que é demarcada, de forma fundante pelas relações sociais de raça/etnia e gênero, como demarcamos acima. A classe trabalhadora, receptora da ação profissional, portanto, se constitui inserida na história deste país, que tem no sistema colonial e na opressão-exploração de gênero sua força motriz.

No que concerne à atuação profissional na gênese e no desenvolvimento inicial, observamos um Serviço Social, que se apresenta em sua fase Tradicional e determina sua ação através de um viés de formação social, moral e intelectual de famílias. Trata-se de um fazer profissional de cunho “moralizante”, que culpabiliza o sujeito pela sua condição, baseando-se em intervenções profissionais que inserem o usuário numa ideia de adequação ao comportamento esperado pelo capital e pela Igreja, como amplamente evidenciado na literatura desta profissão no Brasil⁵.

Ao Serviço Social, neste cenário, era destinada a tarefa de harmonizar a sociedade, promovendo o Brasil-potência-católico (Ferreira, 2010). Tal incumbência era materializada no “ajuste” das famílias trabalhadoras, sob um modelo de *família ideal*, o que se caracterizava como uma verdadeira impossibilidade para milhares de famílias subproletarizadas, inseridas em contextos extremos de pobreza, permeados pelas relações sociais de raça/etnia e gênero:

O modelo de família estável e higiênica, que só poderia ser ideal, era contraposto ao das “famílias populares” (uniões não legalizadas, grande número de filhos, pais desempregados, mães trabalhando fora, crianças criadas soltas pelas ruas, casas de habitação coletiva) que os assistentes sociais encontravam em seus postos de trabalho. O choque entre uma e outras famílias é exatamente o objeto do ajustamento levado a termo pelos assistentes sociais. [...] O ideal de família ajustada tinha na habitação um grande inimigo, já que as “famílias populares” viviam em habitações “populares”, muita vez coletivas e plurifamiliares, o que significava, para os assistentes sociais de que tratamos, insalubridade e,

⁵ No campo das referências mais utilizadas na profissão, vislumbramos os diversos trabalhos de Marilda Vilela Iamamoto e de José Paulo Netto. Achamos pertinente, igualmente, sugerir autoras fundamentais em tal acúmulo, dentro das quais destacam-se: Ferreira (2010), Ferreira (2020), Assis (2022), Eurico (2018; 2022), Almeida (2014), Almeida (2015), Passos (2020), Rocha (2009), entre outros.

sobretudo, promiscuidade. Viviam, em suma, “aglomerando-se numa promiscuidade lastimável, com grande prejuízo para a saúde e a moral” (Hannibal Porto. Primeira Semana de Ação Social, 1936, p. 165) (Ferreira, 2010, p. 153)

Cabe mencionar que o Serviço Social em sua gênese estava inserido na reprodução da educação eugênica⁶ e sexual, prevista na constituição de 1934, estabelecendo, por vezes, sua intervenção profissional através dos ideais eugenistas e do mito da democracia racial:

Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (Gonçalves, 2018, p. 515).

Em seu surgimento, a profissão se configura com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de servir ao próximo e do cuidado com o outro, adequando-se, assim, às funções do casamento e da maternidade, socialmente imputadas à parte das mulheres. Desta forma, o Serviço Social à época de sua gênese, tem seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres, brancas e burguesas.

Ferreira (2010, p. 138) chama atenção para como a pioneira Escola de Serviço Social de São Paulo, igualmente, privilegiava a formação pessoal sobre a formação técnica. A autora, ainda demarca como a vocação era requisito e como os (as) candidatos (as)

⁶ Segundo Silva (2022, p. 40-41): [a eugenia] No Brasil foi introduzida em fins do século XIX e difundida nas três primeiras décadas do século XX, sendo amplamente apropriada pela medicina e espraiada nas demais profissões da saúde. O seu período de maior divulgação coincide com a organização do mundo do trabalho livre no pós-abolição e com a preocupação da República brasileira em controlar as massas de populações negras trabalhadoras, assalariadas ou não. Aqui, a solução eugênica transvestida como higienismo ofereceu a possibilidade de um controle racial alinhado com a formalidade do contrato social estabelecido pela abolição, o que garantiu ao Estado a justificativa para uma intervenção rígida sobre o grande contingente de indivíduos diagnosticados como inferiores, incapazes para o exercício da liberdade, perigosos, responsáveis por perturbações da ordem e, portanto, do progresso da nação.

deveriam ser pré-selecionados (as). As condições de admissão no curso dizem muito, neste sentido: “ter dezoito anos completos, ter curso secundário ou preparo equivalente, apresentar atestado de idoneidade passado por um sacerdote, e pagar a taxa de 40\$000” (Revista Serviço Social, 1940, n.14, p. 09 apud Ferreira, 2010, p. 138). Deste modo, é incontestado o perfil das (os) primeiras (os) assistentes sociais brasileiras (os):

Se somarmos a pouca probabilidade de os negros ascenderem pelos canais educacionais às exigências francamente elitistas das escolas pioneiras de Serviço Social com diretriz confessional – as hegemônicas – torna-se ainda mais clara a configuração sócio racial da profissão: novamente “quase que exclusivamente branca, senhorial e católica” (Londres, 2001, p. 100 apud Ferreira, 2010, p. 139).

Gonçalves (2022, p. 111), igualmente, demarca tal perfil, destacando importantes pontos que evidenciam os impactos do sexismo e o racismo em tal composição:

É impossível abordar a gênese do Serviço Social na década de 1930, sem que nos venha à memória a imagem das primeiras Assistentes Sociais diplomadas no Brasil. A imagem é emblemática: 13 jovens mulheres bem-comportadas, com cabelos presos, maquiagens leves e roupas discretas que mal deixam à mostra seus antebraços. E é preciso frisar: todas mulheres brancas e oriundas da alta classe média católica. Aqui todos os detalhes são importantes.

A organização da sociedade nesta quadra histórica, fundada nas sequelas da escravidão e do colonialismo, não possibilita condições básicas para o acesso igualitário a educação, assim o racismo incidia diretamente na inserção dos sujeitos no ensino superior no país e, conseqüentemente, na carreira de Serviço Social:

[...] dos 9.956 pretos [de 356.325 pessoas que haviam concluído até 1940 qualquer curso, de qualquer grau] que em todas as épocas anteriores a 1940, e que naquela sobreviviam, tinham certificados de cursos feitos, 88,62% haviam concluído apenas o curso primário, 7,58% o secundário e 1,09% tinham certificados de cursos superiores. Por aí se vê a mínima probabilidade que tinha o negro na capital do País de vir a ser ‘doutor’ até a data recente de 1940 e só assim se pode

compreender o alarido que faziam os primeiros estudiosos do negro brasileiro em torno das ‘honrosas exceções’, que de fato, à luz desses dados, aparecem como verdadeira raridade de nosso laboratório étnico e sociológico” (Pinto, 1998, p. 158).

Igualmente, propomos uma reflexão sobre a introdução das mulheres no mundo do trabalho, comumente tratado como um ganho expressivo para os direitos civis das mulheres, que é amplamente destacado nas referências bibliográficas da profissão, quando pensamos na gênese do Serviço Social Brasileiro.

É primordial pensarmos em tal conquista, todavia, é fundamental, do mesmo modo, que possamos compreender que a entrada de mulheres no mercado de trabalho já se efetivava como uma realidade para massas femininas subproletarizadas, negras, periféricas, uma vez, que estas, em diversas situações, já estavam inseridas em ocupações, por vezes, precarizadas e informais, sendo, inclusive, caracterizadas como arrimos de família em diversos casos⁷.

O estabelecimento do Serviço Social como profissão, ainda, coloca um impasse para as (os) assistentes sociais no que diz respeito ao exercício remunerado, residindo a herança missionária de sua prática. Assim, por vezes, a baixa remuneração desse profissional foi justificada por um discurso que revela a classe social das quais as pioneiras são pertencentes: “afastar da profissão as pessoas pouco generosas, que vejam no trabalho somente um ‘meio de vida’” (Maria Kiehl. Revista Serviço Social, 1939, n.11, p.07 apud Ferreira, 2010, p. 31).

⁷ As mulheres negras neste quadrante histórico, caracterizavam-se como importantes arrimos de família, em um contexto de exclusão da mão de obra negra masculina em prol da presença do imigrante Europeu. Estas trabalhavam comumente como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras e arcavam com grande parte das despesas de suas famílias. Este tipo de trabalho, tido como de menor valor, é destinado para mulheres negras como uma possibilidade *sui generis*. Como pontua Gonçalves (2022, p. 113): “Essa mesma engrenagem impunha (e impõe) às mulheres negras um processo de tríplice discriminação: de raça, classe e gênero. Garantir a sobrevivência de sua prole implicou voltar a casa-grande para prestar seus “serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira” (Gonzalez, 2018, p. 44). Às mulheres negras são reservados os trabalhos mais precários, de baixa ou nenhuma remuneração. Só lhes é permitido ocupar os mesmos espaços de brancas (os) apenas na condição de servi-las (os), confirmando, portanto, o que Lélia Gonzalez (1982) denominou como *divisão racial do trabalho*, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial”.

Nesta perspectiva, o Serviço Social, se configura como uma alternativa de trabalho permitida às mulheres brancas da burguesia, uma vez que adequada às qualidades femininas exigidas pela sociedade, tanto no que concerne aos estereótipos de gênero e raça/etnia, como no que concerne a imagem “clerical” vinculada aos princípios da Igreja Católica. Este fato conjuga as relações sociais de gênero e as relações sociais de raça/etnia à gênese do Serviço Social e imprime à profissão uma imagem: a da mulher, branca, burguesa, de acordo com os valores, atributos e qualidades exigidas aos assistentes sociais por parte dos grupos dominantes naquele momento histórico.

Se a população pobre, negra, periférica, não se destacava entre o corpo profissional e na produção intelectual dessa categoria, sua existência se materializava na realidade:

Para se ter uma ideia, nos quarenta e sete números publicados até 1947 na Revista Serviço Social há referências veladas aos negros. A iconografia, por outro lado, prova que se os negros não estavam presentes nos artigos da Revista Serviço Social, estavam na realidade. As capas dos primeiros números exibem fotografias de uma população usuária dos serviços sociais em São Paulo, em creches, centros de assistência e abrigos, repleta de negros (Ferreira, 2010, p.12-13).

Contraditoriamente, assim, apesar da existência massiva da subproletarização da população negra, bem como da acentuada exploração e dominação de mulheres – através do trabalho reprodutivo e da compressão de salários – materializadas ao analisarmos a história de nosso país, não temos evidências de um olhar para este contexto por parte das profissionais pioneiras dessa profissão. O que pode ser explicado pelas relações sociais estabelecidas no país naquele momento histórico, que privilegiavam em grande escala a reprodução do racismo e do sexismo e determinavam o perfil das pioneiras, a intervenção profissional adotada e a produção de conhecimento empreendida.

Compreendemos, contudo, que olhar para essa história, com os avanços que temos hoje na produção de conhecimento no âmbito da teoria social crítica, é elemento fundamental para refletirmos os processos vivenciados sob outras perspectivas e para a construção de novas narrativas no interior da profissão, em consonância com o atual

projeto ético político, que preconiza a construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, raça/etnia e gênero.

Contraditoriamente, contudo, atualmente, ainda se identifica uma tímida explanação das discussões sobre as relações sociais de raça/etnia e gênero em parte da produção de conhecimento e na formação profissional do Serviço Social Brasileiro, especialmente quando vislumbramos os chamados fundamentos da profissão, não sendo raro, observamos análises que, ainda, privilegiam o estudo das sociedades Europeias e do trabalhador industrial branco para explicar a realidade brasileira, em consonância com um pensamento eurocêntrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliográfico empreendido neste estudo nos apresentou que as relações sociais de gênero e de raça/etnia forjam a constituição da classe trabalhadora no Brasil - caracterizando-se como elementos fundantes e não apenas apêndices da dominação de classe - bem como determinam, diretamente, a gênese e a forma como essa profissão se constituiu neste país.

O papel destinado a mulheres na gênese da profissão, o perfil destas denotadamente marcado por pessoas brancas, do sexo feminino e abastadas, a (im)possibilidade de acesso à universidade em um contexto de pós-abolicionismo, dentre outros fatores, ganham destaque quando empreendemos uma análise centrada na unidade dialética estabelecida entre classe, gênero e raça/etnia.

Compreendemos, portanto, que não é possível captar a constituição da classe trabalhadora brasileira em análises que se iniciam a partir de 1930 e/ou com a chegada dos imigrantes ao país, muito menos com estudos eurocêntricos, que explicam as relações sociais mundiais tendo como referência a realidade Europeia. A contextualização aqui feita – ainda que brevemente realizada e certamente com muitas ausências e reducionismos – é vital para qualquer exame que se suceda em relação a constituição da classe trabalhadora e da profissão de Serviço Social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Eliane Santos de. A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2º sem. de 2014, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun., 2015.

CRUZ, Teresa Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. Revista SURES, n. 9, 2017.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

EURICO, Marcia Campos et al. Antirracismos e Serviço Social. Cortez Editora, 2022.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, v. 21, n. 42, p. 62-76, 2021.

FERREIRA, Camila Manduca. O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, v. 21, p. 514-522, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade

do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 99, p. 540-561, jul./set, 2009.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. Grupo de Pesquisa EGBE, Projeto Canela Preta, 2020.